

Entrevista

Miguel Cardina Premiado com uma das mais prestigiadas bolsas internacionais, com um projecto que vai estudar as memórias da guerra colonial e do pós-guerra, o investigador, natural da Nazaré, diz que ainda hoje é “incómodo” e “estranho” abordar o “colonialismo como colonialismo”

“Quando se fala da guerra ignora-se o contexto de violência colonial”



Maria Anabela Silva
anabela.silva@jornaldeleiria.pt

Os seus interesses de investigação centram-se nas questões do colonialismo, do anti-colonialismo e da guerra colonial. O que leva um jovem, nascido já depois do 25 de Abril, a interessar-se por estas temáticas?

O meu percurso académico é um pouco sinuoso. Licenciiei-me em Filosofia, fiz a tese de mestrado sobre o movimento estudantil em Portugal nos anos 60 e 70 e o doutoramento sobre a extrema esquerda no País nos finais da ditadura (1964/74). A dado momento, apercebo-me que, para trabalhar o campo da história, precisava de aplicar alguns métodos, que me levariam a pensar sobre o que é a memória, sobre o modo como as pessoas reconstróem as suas história e os seus passados. Quando dei por mim, estava no campo daquilo a que se chama os estudos da memória. Progressivamente, fui-me interessando pelas questões do anti-colonialismo, até porque no estudo do movimento estudantil e da extrema esquerda essa era uma questão central. Depois, percebi que reflectir sobre o modo como se representa este passado implica pensarmos nos legados que permanecem em Portugal sobre aquilo que foi o nosso império colonial. Não falo só na dimensão do império, mas também na forma como foi feita a descolonização. Bélgica, França

Em destaque

Falamos muito do diálogo com a lusofonia e a CPLP, mas fazemos uma história completamente nacional.

e Inglaterra tinham começado esse processo antes de nós. Portugal descolonizou à bruta, através de uma guerra. E essa guerra e os efeitos dela é algo com que quase todos em Portugal nos confrontamos, mesmo não a tendo vivido de forma directa. Praticamente todos teremos um familiar, directo ou mais afastado, que fez a guerra ou que veio de África. Perito de 800 mil homens da metrópole participaram na guerra. Estamos a falar de quase 10% da população. E, a seguir ao 25 de Abril, cerca de 500 mil

pessoas vieram para Portugal. **Vai agora poder dar continuidade à sua investigação através da bolsa Starting Grant, atribuída pelo Conselho Europeu de Investigação no valor de 1,4 milhões de euros. O que o sentiu ao ver o projecto que lidera ser escolhido entre cerca de 3000 candidaturas?**

Fiquei muito contente pelo prestígio do prémio, pelas condições que dá ao projecto e também pelo reconhecimento das ciências sociais e humanas, uma área onde Portugal tem ainda um percurso grande a fazer. Estamos a falar de uma bolsa com algum prestígio e, por isso, importante no desenvolvimento individual da carreira. Mas, mais importante que isso, permite a constituição de uma equipa, que integrará seis elementos, e a investigação de um tema, de grande abrangência, com suporte de recursos humanos e financeiros.

Qual o objectivo da investigação?

Pretende-se fazer a história das memórias da guerra, abrangendo 40 anos e seis países: Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Vamos olhar para a guerra não enquanto fenómeno histórico - evento que ocorreu entre 1961 e 1974/75 em três diferentes frentes -, mas como fenómeno mnemónico. Ou seja, perceber como é que esse evento se repercutiu no pós-guerra, como foi lembrado e como foi esquecido. Vamos observar

diferentes momentos, desde o final da guerra até à actualidade, e tentar perceber o tipo de representações dominantes sobre esse passado e que diferenças existem nessas representações nos vários países. Um dos conceitos que o projecto pretende trabalhar é o das 'políticas do silêncio'. O objectivo é ver como é que as sociedades, os estados e os indivíduos recordam, mas também esquecem determinado passado e como é que o esquecimento é organizado. Não se trata de ignorar completamente o fenómeno, mas sim de o lembrar selectivamente.

É isso que se passa no caso português com a questão da guerra e da dissolução do império?

Exacto. Há modos de recordar a guerra, mas, ao mesmo tempo, há leituras dominantes sobre esse passado que vão persistindo. Vamos tentar perceber se ainda acontece algo que foi muito evidente nos anos 80 e 90: o olhar a guerra enquanto evento militar, e talvez diplomático, e não inserido num quadro mais vasto daquilo que foi a violência colonial. Quando se fala da guerra ignora-se o contexto de violência colonial. Este é um dos motivos por que ainda hoje se sabe muito pouco sobre os massacres cometidos pelas tropas. Outro dos legados relativamente apagado é o das relações entre soldados e mulheres africanas, que, em muitos casos, eram assimétricas e configuravam

aquilo que hoje chamaríamos de assédio ou formas de constrangimento sexual.

Fala em políticas do silêncio. Quem impôs essas políticas?

Não tenho uma visão conspirativa. Não creio que existam actores organizados para impor esse silêncio, mas são forças sociais mais profundadas. É algo mais difuso e, ao mesmo tempo, mais forte. Tem que ver com as representações dominantes daquilo que foi o passado português. Por exemplo, só percebemos a forma como as memórias da violência colonial e da guerra são minoritárias se tivermos em conta a história do século XX português e a construção, sobretudo a partir dos anos 50 e 60, de uma ideologia luso-tropical. Ou seja, da ideia de que o colonialismo português era mais benigno e menos violento do que o espanhol, francês, belga ou inglês. Essa construção fez com que tenhamos hoje representações sobre o que foi esse passado que ainda estão contaminadas por ele.

Mais de 40 anos após o fim da guerra, o colonialismo ainda é um tema incómodo. Porquê?

Uma das razões está precisamente na persistência do luso-tropicalismo, crente no carácter mais benigno e mais brando do colonialismo português. Essa perspectiva enraizou-se e ainda hoje tem alguma força. Por outro lado, o modo como se procedeu ao desfecho do império fez com que



FOTOS: MIGUEL BIDARRA

Investigação

Portugal ainda tem “um grande défice de pessoas a trabalhar na ciência”

Muito se tem falado da fuga de cérebros do País. Nunca sentiu necessidade de sair para desenvolver investigação?

Necessidade, no sentido de estar desempregado, sem perspectivas e achar que a única hipótese é sair, nunca tive. O trabalho que faço é muito centrado no caso português e, se tivesse tido essa necessidade, muito provavelmente não teria muitas oportunidades. Por outro lado, fui conseguindo bolsas ou contratos que me permitiram prosseguir a investigação, apesar da precariedade que está sempre presente nesta área. O meu não é um caso típico. A maioria dos meus colegas investigadores sente uma grande dificuldade em manter essa linearidade - bolsas e contratos - e sofre na pela momentos de desemprego e de más condições de inserção académica, acabando por ter se sair.

Conseguirá o País recuperar da sangria de jovens investigadores que se registou nos últimos anos?

Há uma imagem dominante de que na área da ciência o grande problema é a fuga de cérebros. Tenho dificuldade em aceitar essa leitura. Recentemente alguém dizia que a fuga de cérebros começa quando as elites optam por pôr os filhos a estudar lá fora, às vezes, ainda antes do ensino superior. Concordo. A ideia de levar as pessoas para fora do espaço académico português tem efeitos perversos e afecta a qualidade do ensino e da investigação. Por outro lado, a questão da fuga de cérebros é parte de uma narrativa que se tem sobre a ciência, que é a da narrativa da excelência. Ou seja, a de que os grandes génios estão a fugir e temos de os agarrar. Recuso isso. É a pior narrativa que podemos adoptar para termos um bom sistema científico. O importante é termos boas condições de trabalho e garantir um sistema científico sólido e que as pessoas que se formaram para ele tenham trabalho. Portugal ainda é um país com grande défice de pessoas a trabalhar no campo da ciência. Tive esta bolsa porque estou no CES [Centro de Estudos Sociais], que tem mais de 100 investigadores e onde tenho colegas com quem posso discutir constantemente. Estarmos à espera dos génios que estão lá fora, quando não temos comunidades académicas sólidas, é uma ideia romântica de fazer progredir a ciência.



Viveu na Nazaré até aos 16 anos Baterista dos Diabo a Sete que teve uma “paixão louca” por bola

Investigador do Centro de Estudos Sociais, do qual é vice-presidente do Conselho Científico, Miguel Cardina nasceu na Nazaré, onde residiu até aos 16 anos. “Embora já tenha vivido mais anos fora da Nazaré, esta é a minha terra”, diz. Na adolescência teve uma “paixão louca” por futebol, que entretanto esmoreceu, tendo jogado nos Nazarenos e no Pataiense. Foi também na Nazaré que começou a sua ligação à música e à percussão. Integrou uma banda, que tocava em bares e “até no Carnaval da Nazaré”. Actualmente, é baterista dos Diabo a Sete, que está a preparar o seu terceiro álbum e à qual se juntou recentemente uma conterrânea de Miguel Cardina, a cantora Sara Vidal. “Somos uma banda de Coimbra com dois nazarenos”, brinca. Licenciado em Filosofia, doutorou-se com uma tese intitulada *Margem de certa maneira - O maoísmo em Portugal 1964-1974*, à qual

foi atribuído o *Prémio Victor de Sá de História Contemporânea e o Prémio CES para jovens cientistas sociais de Língua Portuguesa*. É dirigente do Bloco de Esquerda de Coimbra e já foi membro da Mesa Nacional do partido. Sobre a designada ‘geringonça’, ou seja, a junção de apoios do BE e do PCP que viabilizou o Governo de António Costa, vê-a como “uma aposta difícil na busca de articulações políticas que permitam sair de um processo de empobrecimento”. Chegará à linha da meta? “O desafio é esse”, responde.



uma parte do País tendesse a cultivar uma memória da perda que idealiza uma “África-paraiso”, que surge recorrentemente em memórias escritas e em álbuns fotográficos publicados. Estes dois factores contribuem para que, em certos contextos, se tome estranho e incómodo, abordar o “colonialismo como colonialismo”.

As marcas deixadas pela guerra colonial e pelo colonialismo são mais fortes na antiga metrópole ou nas ex-províncias ultramarinas?

Essa é uma das questões às quais o projecto vai procurar responder, pelo que, é difícil dar uma resposta taxativa. Há alguns elementos importantes a ter em conta. A guerra ocorreu lá. E, o facto de ela ocorrer num dado território, faz diferença. Por exemplo, a violência sobre as mulheres e o racismo corriam lá. Mas, ao mesmo tempo, esses elementos são transportados para cá. Os soldados trazem esses legados, através das memórias e até inscritos no corpo. Há depois um processo de retorno, sobretudo dos colonos que viviam em África, no pós-25 de Abril, que também traz um pedaço importante desse passado. Por outro lado, é preciso ter em conta que estamos a falar de contextos todos eles diferentes entre si. Angola era diferente de Moçambique, Moçambique era diferente de Cabo Verde ou de São Tomé, onde não houve guerra. Por que é que o projecto inclui tam-

bém Cabo Verde e São Tomé, onde não houve conflito armado?

O PAIGC [Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde], que levava a cabo a luta armada na Guiné, era formado por cabo-verdianos e guineenses e procurava a libertação dos dois territórios. São Tomé é incluído porque o seu processo de independência se inscreve no ciclo de independências do lastro colonial. O próprio movimento de libertação de São Tomé está articulado com outros, como MPLA, com a Frelimo e PAGC. Não fizeram a luta armada, mas fariam-na se pudessem. Vamos estudar a história de uma guerra que não aconteceu ali, mas os legados são importantes.

O projecto vai também olhar para manuais escolares. Também aqui há duas visões da guerra, quer estejamos na antiga metrópole ou nas ex-colónias?

Há. No nosso caso, os conteúdos tendem sempre a dar uma abordagem centrada no ponto de vista português. Olhamos para o conflito como uma guerra, na qual fomos obrigados a combater por força da ditadura e da obstinação de manter o império, e não enquadrado num quadro mais vasto da lógica colonial portuguesa e do que é que isso significou para o lado africano. Falamos muito do diálogo com a lusofonia e a CPLP, mas fazemos uma história completamente nacional.